

Santillo nega culpa no trem da alegria

Da Sucursal

Goiânia — O governador de Goiás, Henrique Santillo, negou ontem, de forma veemente, que tenha qualquer responsabilidade sobre o chamado trem da alegria que transitou pelo Senado em 1984. Na época ele era senador e primeiro secretário da mesa, mas, "cuidava apenas da administração direta da Casa. As contratações que deram origem ao escândalo ocorreram na administração indireta, o Serviço Gráfico do Senado, e sob a responsabilidade única do então presidente da Casa, o falecido senador Moacir Dalla. As contratações não foram levadas ao conhecimento da mesa e que não as aprovou", informou Jairo Rodrigues, assessor de imprensa do governador.

Ele explicou que "os fatos foram devidamente esclarecidos na época, inclusive o aspecto em que o sistema no Senado era presidencialista, onde decisões como as contratações não eram submetidas à mesa e tampouco ao plenário". Acrescentou que o Senado tem uma estrutura completa, com servidores estatutários — administração direta — e celetistas, os da Gráfica e do Prodasen, que faz o processamento de dados. Ambos funcionam como empresas, com diretoria e administração próprias, autônomas.

Rememorando aquele ano de 1984, Rodrigues

acrescenta que foi apresentado à mesa um projeto de resolução para transformar o regime jurídico dos servidores, que passariam de celetistas para estatutários. O relator foi favorável à proposta, que encaminhou ao plenário, para apreciação final. O projeto foi aprovado e encaminhado à publicação. Contudo, antes da publicação ocorrer, "o então presidente Moacir Dalla, infelizmente já falecido — e na época acusado disso não se defendeu — fez contratações. Deve ter sido isso mesmo pois só ele podia fazer contratações. Foram contratações com altos salários e de gente conhecida, inclusive uma renomada colunista social, e jornalistas de renome. O caso chegou ao conhecimento da imprensa porque, quando se publicou o projeto, foi publicada a lista dos servidores, nome por nome, com seu respectivo enquadramento. Só que não foram 1.554 contratações pois o Cegraf já tinha cerca de 1.200 funcionários. As contratações novas, portanto, eram pouco mais de 300".

Jairo Rodrigues informou ainda que, "se há qualquer questão de responsabilidade nesse caso ela é da presidência e não da mesa do Senado. Na época o advogado autor da ação, impedido de acionar o presidente do Senado, o fez contra a Mesa, que tem personalidade jurídica".